

ESPERANÇA EM TEMPOS SOMBRIOS

A missão cristã e a ascensão de extrema direita no Brasil

de Estêvão Raschiatti

rasquio@yahoo.com.br

RESUMO: A extrema direita em um país nunca descolonizado como o Brasil sempre existiu, também nos meios eclesiais católicos, nos movimentos cristãos de renovação espiritual, nas personalidades e nas organizações de tendência integrista e fundamentalista. Agora chegou ao poder com uma arrogância e um revanchismo assustador, cúmplice um apoio popular em parte fruto de uma manipulação mediática numa luta improvável contra a corrupção. Essa ascensão anunciada confluuiu na eleição de Jair Messias Bolsonaro a Presidente da República Federativa do Brasil. O que está por detrás deste acontecimento, o que sustenta o enredo popular em torno dessa figura, o que se espera do processo antidemocrático que está sendo orquestrado e, sobretudo, quais deveriam ser os caminhos da missão junto às bases populares nestes tempos desafiadores, são as questões abordadas nesse ensaio, cujo objetivo é tentar traçar pistas de entendimento de um fenômeno complexo para elaborar critérios para uma atuação pastoral profética.

O Brasil está vivendo numa época de pandemia que se tornou “sindemia”¹, no momento em que a doença contagiosa causada pelo COVID 19 se “entrelaça com fatores sociais, políticos e econômicos, como desigualdade social, distribuição de riqueza, acesso a bens essenciais, como moradia e saneamento” (BETTO, 2021).

A situação colapsou em março de 2021 com uma média móvel de mortes diárias acima de 2000, chegando a picos de mais de 4000, infectados acima de 80.000 a cada 24 horas, hospitais superlotados, sistemas de saúde fora de controle, governos e prefeituras decretando medidas extremas de contenção, prevendo uma piora significativa. A toda essa calamidade se somam o estresse das famílias segregadas em casa, o esgotamento dos profissionais de saúde, o risco altíssimo de contágio para quem precisa trabalhar, o atraso escandaloso das vacinas, as escolas nesse vaivém entre aulas on-line e presenciais, a economia despencando etc.

¹ A noção de “sindemia” foi concebida pela primeira vez por Merrill Singer, um antropólogo médico americano, na década de 1990. Escrevendo no *The Lancet* em 2017, junto com Emily Mendenhall e colegas, Singer argumentou que uma abordagem sindêmica revela interações biológicas e sociais que são importantes para o prognóstico, tratamento e política de saúde. Cf. HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, London, v. 396, September 26, 2020, p. 874. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932000-6>>. Acesso: 10 mar. 2021.

Não sabemos ainda os rastros que essa “sindemia” vai deixar. O que se sabe é que ela é a manifestação aguda da crise de um sistema que está colocando em sério risco a existência do planeta. Mudanças climáticas e aquecimento global são fenômenos ainda mais graves nesse sentido, e interligados com o surgimento de sempre novos e perigosos vírus para a saúde humana.

A tudo isso, e intimamente conectado com tudo isso, está a emergência de uma extrema direita autoritária, fascista e violenta, aliada à índole mais impiedosa e desumana de um capitalismo depredatório, que foi convocada a “botar ordem” na corrupção endêmica do Estado, nos desvios morais da sociedade e na maximização da produção econômica, negando a gravidade da pandemia, debochando das medidas de proteção e incitando a população a manter uma vida normal.

A extrema-direita em um país nunca descolonizado como o Brasil sempre existiu, também nos meios eclesiásticos católicos, nos movimentos cristãos de renovação espiritual, nas personalidades e nas organizações de tendência integrista e fundamentalista. Agora chegou ao poder com uma arrogância e um revanchismo assustador, cúmplice um apoio popular em parte fruto de uma manipulação midiática numa luta improvável contra a corrupção, em parte sedimentado numa estrutura identitária colonial, semianalfabeta, racista e misógina, em parte fomentado pelas próprias exigências disciplinária e funcionais do capitalismo.

Essa ascensão anunciada, mas totalmente inesperada em seus descabros, confluuiu na eleição de Jair Messias Bolsonaro a Presidente da República Federativa do Brasil. O que está por detrás deste acontecimento, o que sustenta o enredo popular em torno dessa figura, o que se espera do processo antidemocrático que está sendo orquestrado e, sobretudo, quais deveriam ser os caminhos da missão junto às bases populares nestes tempos desafiadores, são as questões abordadas nesse ensaio, cujo objetivo é tentar traçar pistas de entendimento de um fenômeno complexo para elaborar critérios para uma atuação pastoral profética.

1. Quem é e quem está por trás de Jair Bolsonaro

O paulista Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado do Exército cuja atuação no mesmo foi classificada como indisciplinada, preocupante e de péssimo exemplo, particularmente, por causa de sua desordeira luta salarial em prol dos integrantes das forças armadas, no delicado período de transição democrática pós-ditadura. Por suas façanhas “sindicais” dentro dos quartéis chegou a ser preso. Sua saída do Exército para a política, ao ser eleito vereador no Rio

de Janeiro em 1988 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), foi vista como um alívio para o comando e uma traição para os colegas de fardas. Para ele, significou uma oportunidade de somar aposentadoria integral (com apenas 16 anos de serviço) à renda considerável de uma nova profissão, que lhe daria o conforto financeiro e a projeção pelos quais tanto ansiava (SOUZA, Marcelo, 2018). Segundo o filho dele, a carreira política foi a “única opção que possuía no momento para evitar que fosse vítima de perseguição por parte de alguns superiores” (BOLSONARO, 2017, p. 79).

O candidato

O perfil do novato na Câmara Municipal carioca mostrou-se logo conservador, discreto, pouco participativo. Seu mandato teve como prioridade a visibilidade das causas militares. Depois de dois anos, em 1990 elegeu-se deputado federal pelo PDC, inaugurando uma série de seis mandatos consecutivos, aliando-se a vários partidos, defendendo pautas populistas, antidemocráticas, armamentistas, classificando a tortura como legítima, fazendo apologia das ditaduras e debochando dos direitos humanos. Suas declarações desrespeitosas e controversas lhe renderam 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais. Sua figura foi se moldando ao longo do tempo entre o excêntrico e o autoritário, o falastrão e o miliciano, de tendência claramente fascista e facínora.

Bolsonaro é religioso. Se diz católico, mas é ligado às igrejas evangélicas e aos anseios despóticos de poder de seus representantes. Nunca aderiu à ideia de um “Estado laico”, resignificando essa noção com a afirmação: “se o Estado é laico, seus governantes são cristãos”. Em sua campanha eleitoral para Presidente da República, escolheu como lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Apesar de ofensas dirigidas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a seus organismos, entre seus apoiadores mais fanáticos encontramos muitos católicos conservadores, entre bispos, padres, leigos e leigas, membros de movimentos neo-pentecostais, integralistas e tradicionalistas, como a Renovação Carismática Católica, além de muitos comunicadores e influenciadores midiáticos.²

² Entre os mais famosos estão: o blogueiro Bernardo Küster, militante católico de extrema direita investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e incriminado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Fake News; os padres de ultraconservadores Paulo Ricardo e Edvaldo Betioli Filho; os representantes das TVs Católicas, entre eles o padre Welinton Silva, envolvido em escândalos financeiros com sua TV e Associação dos Filhos do Pai Eterno (AFIPE), e o padre Reginaldo Manzotti da TV Evangelizar, que manifestou claro apoio a Bolsonaro evocando uma mídia favorável ao governo.

Nas conturbadas eleições de 2018, Bolsonaro se candidatou a Presidente da República sob um furor popular alimentado por articulações ocultas propagadas pelas mídias sociais, desde os levantes populares de 2013, amplificado pela controversa Operação Lava Jato e pela atuação da grande mídia brasileira, Globo e companhia, em sua hostilidade contra os governos do PT. Contribuíram também, e decididamente, uma profunda crise econômica e uma guinada à direita das democracias ocidentais, a começar pelos Estados Unidos. “O Mito”, como foi exaltado por legiões de fanáticos, conduziu uma campanha apelando para o armamento da população, a intervenção militar, a exploração da Amazônia, o ataque às instituições, às crenças, às culturas e aos organismos da sociedade civil. A luta contra o “comunismo” político, ideológico e cultural, no qual estaria embebida a sociedade brasileira, era o grande eixo norteador de suas falas obscurantistas.

O Presidente

Uma vez eleito Presidente, mostrou de cara que os seus não eram berros de campanha, mas desvarios de uma personalidade problemática disposta a cumprir o que prometeu. Logo o Brasil assistiu a um desmonte do Estado como nunca se viu nas últimas décadas, com um enxugamento antidemocrático da máquina administrativa, extinguindo pastas ministeriais junto a diversas secretarias e comissões, execrando órgãos estatais como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ofendendo e demitindo seus diretores e especialistas. Seu ministério foi composto por figuras sinistras e radicais.

Entre os vários e fragmentados grupos que integraram o governo Bolsonaro, sobressaíram duas “alas”: a ideológica e a militar. Na primeira, fazem parte os que aderem às doutrinas de extrema-direita, tradicionalistas e negacionistas do autoproclamado filósofo Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, jornalista e ensaísta representante do mais puro conservadorismo brasileiro, falecido em janeiro de 2022 dias após ser diagnosticado de COVID. Na segunda ala, fazem parte militares da reserva e da ativa, voltando a ocupar cargos civis de primeiro, segundo e terceiro escalão em ministérios e órgãos de governo, quando também como assessores próximos ao Presidente: como na época da ditadura. Não raramente estas duas alas batem de frente por causa de diversos tipos de visões, abordagens e interesses, mas convergem substancialmente numa concepção do exercício do poder piramidal e autoritário, numa ideologia meritocrática de direita e numa luta ferrenha contra a assombração do comunismo na sociedade brasileira.

As alianças estratégicas

Esse eclético arranjo federal, sempre sob os holofotes da mídia por declarações desajuizadas, atos perturbadores e, o que é pior, intervenções inconstitucionais – o que levou outros poderes, estados e organizações da sociedade civil a reagir energicamente – deixou quase sempre em segundo plano outras alianças espúrias e estratégicas muito mais determinantes: o “casamento” de Bolsonaro com o economista ultraliberal Paulo Guedes, um *outsider* promovido a super-ministro da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e parte do Ministério do Trabalho; a nomeação da empresária mato-grossense Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, a ministra da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, líder da Bancada Ruralista, representante do setor do agronegócio, responsável por promover a liberação de agrotóxicos e a exploração agropecuária em terras indígenas ainda no governo Temer; o engajamento do Juiz Federal de primeira instância Sergio Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública, que atuava como chefe da Operação Lava Jato em Curitiba, força-tarefa que investigou, julgou e condenou com comprovada parcialidade um grande número de políticos – com destaque ao ex-presidente Lula –, empreiteiros e empresas, como a Petrobras e a Odebrecht, por corrupção e lavagem de dinheiro.

Essas três alianças-chave não faziam parte dos enquadramentos ideológicos de Bolsonaro, mas compactuavam uma visão substancialmente de direita e conservadora que mirava a uma redução/descredito da atuação do estado corrupto (Moro), à liberalização do mercado (Guedes) e à expansão do agronegócio (Teresa Cristina). Todavia, eram parceria de risco, baseadas mais em oportunismos e interesses distintos, um pacto faustiano com Bolsonaro onde tudo valia para acabar com as políticas de esquerda de 13 anos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Por outro lado, Jair Bolsonaro precisava do apoio das elites (agronegócio), de credibilidade diante do sistema endêmico de corrupção da máquina pública (Moro) e de alguém que entendesse de mercado que não fosse alinhado à esquerda (Guedes), mesmo ele se identificando mais com um nacionalismo corporativista do que com políticas de tipo neoliberal. O Capitão declarava abertamente sua ignorância em campo econômico-financeiro, entregando carta-branca a Guedes e elevando seu *status* a um espécie de guru no novo governo. Além do mais, Bolsonaro estava sozinho, sem partido, sem quadros administrativos, sem profissionais preparados prontos para assumir cargos de confiança e responsabilidade: ele precisava mais do que ninguém de formar seu próprio time partindo da estaca zero.

O desgoverno

Mas, como sabemos, essas alianças ocasionais trariam problemas antes ou depois. O primeiro divórcio litigioso acabou acontecendo com Moro, em maio de 2020, depois que se tornou insustentável a luta anticorrupção com as maracutáias da família Bolsonaro. O Presidente chegou a dizer que não precisava mais da Lava Jato e de seus mentores, porque em seu governo “não tinha corrupção”. Enquanto isso, Guedes procurava seguir seu improvável caminho entre lealdade ao Presidente e avanço na pauta liberal de privatizações e corte de gastos, vendo, porém, diversos de seus diretos colaboradores diretos cansarem, desistirem e darem as demissões. Tereza Cristina teve que atuar como bombeiro diante de repetidas afirmações desrespeitosas e destrambelhadas de outros ministros, do Presidente e de seus filhos, contra parceiros comerciais como a China e os Países Árabes.

No meio de um (des)governo desastroso em quesitos como o meio-ambiente, política externa, democracia, segurança, educação, corrupção, relações públicas e institucionais com imprensa, legislativo, judiciário, empresas, organizações não-governamentais etc., chegou a pandemia do COVID-19 a desmascarar de vez a truculência, a irresponsabilidade e o delírio bolsonarista. Em 24 de março de 2020, o Presidente fez o primeiro pronunciamento oficial negacionista à nação, chamando a doença de “gripezinha” e o alarme acerca de sua gravidade de “histeria” dos meios de comunicação. Ao invés de unir a sociedade em torno do combate à incipiente ameaça, colocando em *stand by* as divergências institucionais, políticas e ideológicas, o Capitão não perdeu a ocasião para exacerbá-las com embates inúteis, teimosos, insensatos, sem olhar para a vida das pessoas e para o bem do povo.

De lá para cá foram protocolados mais de 100 pedidos de impeachment no Congresso Nacional, mesmo se as pesquisas mostravam ainda metade da população brasileira favorável à continuação de seu governo, e um legislativo ainda muito reticente em encabeçar um processo de enfrentamento.

As convergências

Quem é, afinal, Bolsonaro? Por trás de um paladino brancaleónico que agita bandeiras conservadoras e negacionista, está um político profissional que soube cativar um mal-estar geral numa teia de antagonismo, de integralismo e de ódio, causado principalmente pelas investigações sórdidas da Lava Jato, e ao mesmo tempo atrair os interesses das elites, o assenso do mercado e o apoio dos setores religiosos conservadores. Vários atores entraram em jogo, cada um focado em seus objetivos e todos dispostos a fazer vista grossa dos impropérios, das truculências e das tolices protagonizada pelo mandatário. A rede de alianças tecida ao redor de

uma personalidade obscurantista, é complexa, heterogênea e oportunista, mas que converge no objetivo comum de manter a população do Brasil, direta ou indiretamente, num estado permanente de colonialismo estrutural.

2. Como explicar a ascensão de Bolsonaro a Presidente da República

Destarte, permanece um problema de fundo que não quer calar: como explicar a ascensão de uma figura tão insensata, incapaz e autoritária a Presidente da República Federativa do Brasil? Quem ele de fato representa? Como conseguiu alcançar tanta popularidade? Várias interpretações e respostas foram dadas a essas inquietações, que efetivamente externam sentimento de impotência, de perplexidade e de indignação, diante a tudo o que estamos vivendo, sobretudo nesses tempos de pandemia.

Em primeiro lugar, temos que ter presente que o ressurgimento da extrema-direita nacionalista é um fenômeno mundial, que investiu antes de tudo países ocidentais de democracia consolidada, como os Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, e de alguma forma a Grã-Bretanha com o Brexit. As falanges fascistas estão de casa há tempo na França, Alemanha, Itália, agora também na Espanha, assim como em quase todos os países da Europa (Áustria, Suécia, Holanda, etc.). Temos ainda governos extremamente autoritários, eleitos democraticamente na Polónia, Hungria, Turquia, para não falar da Rússia.

Ásia, África e Países Árabes são contextos outros, em que se contam nos dedos os que não são governados por ditadores ou por agrupamento políticos conservadores. Mas também aqui há uma perigosa virada nacionalista em nações como Filipinas, Índia e Japão, além de um recrudescimento substancial da China com suas províncias autônomas. Por sua vez, a América Latina, viu também a direita cantar de galo em diversos países, e provocar reações generalizadas que determinaram súbitas reviravoltas e convulsões sociais que frearam suas ambições de poder (Argentina, Bolívia e Chile).

Saída pela direita

O que está gerando nas populações esse desejo por governos conservadores e autoritários? Vamos tentar evidenciar alguns fatores que determinaram a consolidação de um caldo propício para o reaparecimento do protagonismo das extremas direitas na cena mundial, assim como do fundamentalismo e do integrismo religioso, focando em particular alguns elementos típicos do contexto brasileiro e, se quisermos, latino-americano.

Em primeiro lugar, a própria evolução do capitalismo neoliberal com todas suas propostas de diminuição do papel assistencial do Estado, de desregulamentação financeira, de flexibilização do mercado do trabalho, de redução de déficit fiscal, de câmbio flutuante, de privatização de empresas estatais estratégicas, abertura comercial e econômica etc. Os ditames do Consenso de Washington (1989), concomitantemente à derrubada do Muro de Berlim, à decadência do sistema comunista e à formulação da famosa tese de Francis Fukuyama que associava o livre sistema de mercado ao “fim da história”, corroíam aos poucos direitos conquistados pelas massas populares durante anos/séculos de lutas e reivindicações.

O progressivo dismantelamento do *welfare state*, que recebeu um decisivo golpe nos anos ‘80 com as administrações de Ronald Reagan (1911-2004) no Estados Unidos e Margaret Thatcher (1925-2013) no Reino Unido, destilou em constantes dose homeopáticas choques de autoritarismo, violência, medo, truculência, intransigências e pilhagem, sob a égide de princípios de competitividade, de eficiência, de expansão *no-limits* que, apesar da resistência e da oposição de inúmeras organizações da sociedade civil, continuou sua marcha triunfal gerando abismos de desigualdade sempre mais profundos, desejos de consumo sempre mais intensos, desonerações sociais sempre mais habituais.

Para Jessé Souza (2018) “o capitalismo não pode ser compreendido apenas por sua dimensão econômica, enquanto fluxo de capitais e troca de mercadorias, mas também como dimensão simbólica, moral e cultural comum” (p. 50). As pessoas pautam a própria vida em torno dos valores do trabalho-eficiência-resultado da moral liberal, junto à busca incessante por uma autonomia sempre mais exasperada:

O ideal cultural do mundo industrializado ocidental é o individualismo *self-made*, autossuficiente e autônomo, que se vale a si próprio sem precisar de mais ninguém (a não ser no campo sexual), nem deve nada a ninguém [...] Esse é ideal em prol do qual as pessoas vivem trabalham. É o seu objetivo na vida, e elas são capazes de sacrificar seja o que for para alcançá-lo. (NOLAN, 2009, p. 41).

O capitalismo coloniza tudo: o espaço, o tempo, a natureza, as subjetividades, as individualidades, as identidades. Imprime um ritmo frenético à produção para maximizar o lucro, custe o que custar, em termo de estresse, de doenças, de loucuras, de vícios e de vazios. Roberto Saviano (2014) sustenta que o mundo contemporâneo se move a cocaína para poder aguentar a aceleração exponencial da vida moderna, suas cobranças despropositadas, suas contínuas mudanças de hábitos e métodos. Até as pessoas e a própria natureza não aguentarem mais o beco sem saída onde a humanidade se meteu, e entraram em desespero diante da falta estrutural de perspectivas.

Retrotopia: a volta ao passado

Se o futuro não pode garantir mais aquele “processo civilizatório” prometido pela modernidade, então, para muitos, a solução é voltar ao passado. O passado se torna o novo mito diante de um futuro por demais incerto, apavorante e ilusório. Essa é a tese de Zygmunt Bauman em sua última obra “Retrotopia” (2017):

Em lugar de investir as esperanças públicas de melhoria num futuro incerto e “sempre obviamente duvidoso demais”, reinvesti-las mais uma vez no passado vagamente lembrado, valorizado por sua suposta estabilidade e, portanto, confiabilidade. Com essa virada de 180 graus, o futuro se transforma, de habitat natural de esperança e expectativas legítimas, em local de pesadelos: pavor de perder o emprego e a posição social a ele vinculada; de ter a casa, o resto de seus pertences e os bens móveis de toda uma vida “retomados”; de assistir aos seus filhos patinando ladeira abaixo do “bem-estar com prestígio” [...] A estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda. Talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos pelos futuros toda vez que eles viraram presente. (p. 12).

Citando a obra da escritora Svetlana Boym, Bauman partilha o diagnóstico de uma “epidemia global de nostalgia”, como “mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados”, que consiste na “promessa de reconstruir o lar ideal que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico em prol do vínculo afetivo”. Naturalmente, esse lar ideal é imaginário, tanto mítico como a utopia moderna do progresso, e se encontra nas “reinvindicações nacionais e nacionalistas do mundo todo, as quais se empenham na fabricação de mitos antimodernos de história, por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais e, ocasionalmente, com teorias intercambiáveis da conspiração” (p. 9).

Paradoxalmente, essa tendência de “volta ao passado”, não confronta a perversidade do sistema tecnocrático dominante em suas causas e fundamentos, mas direciona o mal-estar dos indivíduos, isolados existencialmente, desenraizados politicamente e desvinculados de qualquer mediação que poderia defender seus interesses, contra bodes expiatórios socialmente aceitáveis que canalizam toda raiva e agressividade. Trata-se de uma manipulação das emoções que provoca sentimento de indignação e de revolta contra alvos equivocados e, sobretudo, de profundo sentido de culpa moral pela degradação da situação presente: portanto, se o sujeito é pobre e desempregado, afinal, a culpa é dele, ou dos outros como ele, por serem preguiçosos, corruptos, ignorantes, desatualizados, não competitivos, fora do mercado, estressados, deprimidos, com excesso de peso, e sem os valores de antigamente e vivendo às custas da sociedade.

Sociedade colonial

Todo esse imbróglio piora sensivelmente quando se considera a situação de um país específico como o Brasil. O Brasil é um país de vocação escravocrata, com um passado colonial que nunca foi revogado, sendo sucessivamente reeditado em diversas etapas sob diversas vestes e fantasias, penetrando nas fibras mais íntimas das subjetividades e das relações. Ainda nos anos '70, Paulo Freire argumentava sobre o “parto doloroso” de tirar do oprimido o opressor instalado em sua interioridade. Enquanto “hospedeiros” do opressor, os oprimidos tendem por sua vez a ser opressores, reproduzindo a estrutura identitária na qual foram forjados existencialmente: “o seu ideal é, realmente, ser homens, mas para eles, ser homens, na contradição que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores” (1987, p. 32).

A preferência de optar pela adesão a estruturas de dominação totalitárias que aparentemente garantem abrigo, proteção e redenção, através de prescrições, disciplina e ordem, revela a face da acomodação e do medo dos “oprimidos”, para usar um termo freireano, esmagado pela engrenagem colonizadora que os tornam incapazes de correr o risco de assumir sua própria liberdade e autonomia.

Desta maneira, segundo o sociólogo e pesquisador catarinense Ivann Lago, podemos traçar o perfil do “brasileiro médio” longe da romantização do imaginário popular, como sujeito receptivo, criativo, solidário, divertido e “malandro”, mas como de fato realmente ele é: “preconceituoso, violento, analfabeto (nas letras, na política, na ciência ... em quase tudo), racista, machista, autoritário, interesseiro, moralista, cínico, fofoqueiro, desonesto”. Dai que Bolsonaro “é uma expressão bastante fiel do brasileiro médio, um retrato do modo de pensar o mundo, a sociedade e a política que caracteriza o típico cidadão do nosso país”.

As conquistas da modernidade de inclusão, de combate ao racismo e ao machismo, de criminalização do preconceito, não eliminaram a resistência atávicas e refletidas contra os pobres, os nordestinos, os homossexuais no imaginário da população, no cotidiano da vida privada, nas relações afetivas, nos ambientes de trabalho, nas redes sociais, nos grupos de whatsapp, nas piadas diárias, nos comentários entre os amigos. Proibido de se manifestar publicamente, esse sentimento sobrevive internalizado e reprimido pelo controle da sociedade, até um dia extravasar: o “cidadão comum” viu em um candidato a Presidência da República essa possibilidade de extravasamento.

Agora esse “cidadão comum” tem voz. Ele de fato se sente representado pelo Presidente que ofende as mulheres, os homossexuais, os índios, os nordestinos. Ele tem a sensação de estar pessoalmente no poder quando vê o líder máximo da nação

usar palavreado vulgar, frases mal formuladas, palavrões e ofensas para atacar quem pensa diferente. Ele se sente importante quando seu “mito” enaltece a ignorância, a falta de conhecimento, o senso comum e a violência verbal para difamar os cientistas, os professores, os artistas, os intelectuais, pois eles representam uma forma de ver o mundo que sua própria ignorância não permite compreender.

Portanto, o “cidadão de bem” não percebe sua profunda ignorância simplista – pobres e ignorantes são sempre os outros –, e não entende como o sistema democrático funciona, da independência e autonomia entre os poderes, da necessidade de isonomia do judiciário, da importância dos partidos políticos e do debate de ideias e projetos no Congresso Nacional. Todas essas mediações são dispendiosas, lentas, burocráticas e corruptas, de maneira que ele opta por uma relação direta e *in-mediata* com o poder, que o populismo messiânico que Jair Bolsonaro proporciona.

Fundamentalismo religioso: crise das mediações e das relações

A busca por esta relação “sem mediações” com o poder encontra um grande aliado no fundamentalismo religioso, igualmente *in-mediato* na relação com Deus, com o sagrado, com a Lei, com a escritura, radicalmente reticente com qualquer mediação que se chame Igreja, hierarquia, hermenêutica bíblica, discernimento crítico, teológico, sócio-analítico. Tudo o que cheira de “mundo” é mundano, corrupto, perdido. A única salvação consiste numa relação direta com Deus, proporcionada pela experiência no Espírito, que dá acesso a uma verdade absoluta e incontestável, assim como a uma rejeição violenta de tudo o que é obra do Diabo.

Esse desencanto e contrariedade com as mediações históricas, sociais e institucionais “modernas”, inclusive a ciência, a razão, a política, os direitos humanos etc., calha perfeitamente com as exigências do capitalismo imperante de eliminar todos os obstáculos críticos que possam interferir no exercício da produção do livre mercado. Em outras palavras, desacreditar o papel do Estado e da cidadania em reivindicar dignidade, igualdade e garantir a assistência às pessoas, significa tornar serviços básicos como saneamento, educação, saúde, não mais como direitos inalienáveis, mas como negócios e fonte de renda acessíveis somente a quem tem dinheiro e, portanto, a quem “merece”.

Além do mais, visto que não já se pode acreditar mais em mediações como professores, médicos, juízes, padres, jornalistas, cientistas, cada sujeitos está livre e solto para construir sua própria “verdade”, que pode ser verdadeira ou não (não importa), mas que pelo menos não segue nenhuma autoridade infalível, nenhum dogma imposto, nenhuma camisa de força, libertando a imaginação, considerando um leque de outras possibilidades e abrindo caminho à atração, à sedução e à fantasia: a arapuca perfeita para as elites do neoliberalismo global continuar a

manipular as massas populares e a fazê-la de otárias, difundindo a ilusão de que todo interesse do cidadão será sempre levado em conta, apesar dos possíveis prejuízos para o seu próprio bem.

Todo esse enredo causou também uma grave crise de confiança na sociedade mundial, um medo do outro, um descrédito das instituições e das relações junto à proliferação de teorias de conspiração, manifestações de ódio, de intolerância, de preconceito. A miscigenação das populações, o pluralismo cultural, as mudanças de costumes, a emancipação das classes populares e dos setores marginalizados (LGBTQIA+, negros e indígenas, deficientes, mulheres etc.) certamente causaram estranheza e descompasso para uma cotidianidade moldada segundo uma certa ordem social, cultural e moral. A isso se soma a explosão das redes sociais, sua manipulação através de robôs e seu fomento através de agências financiadoras de extrema direita: o medo e a desconfiança, juntamente à pobreza e ao ressentimento, são poderosos carburantes para o retorno de horrores que a humanidade já viveu na primeira metade do século XX.

3. A atuação missionária em tempos sombrios

Como intervir antes que a bola de neve engrosse e seja tarde demais? Qual o papel da missão cristã nessa conjuntura obscurantista? Antes de tudo, é bom tomar consciência que a conjuntura é grave, extensa e convoca a assumir compromissos urgentes, decididos e responsáveis. Não é demais lembrar que a ascensão do fascismo e do nazismo foi devida a omissões e vistas grossas, quando também a dissimulados ou até abertos consentimentos, diante de atos destemperados, ostentados e aparentemente inofensivos, que aos poucos foram aceitos como normais.

A pastoral missionária não pode e nem deve tolerar qualquer manifestação bolsonarista de ódio, de intolerância ou simplesmente de apoio a um governo nefasto, armamentista e antidemocrático. Nenhuma brecha há de ser dada ao apoio de ideologias de extrema direita ou de diálogo com quem expressa negacionismo, preconceito e desrespeito à vida. Jesus mandou o espírito mau calar a boca e sair do possuído (Mc 1,25), não aceitando nenhuma conversa. Assim com os fariseus que procuravam armar debates para podê-lo acusar ou pegá-lo em contradição, Jesus teve sempre uma resposta seca ou uma maneira experta para não cair na armadilha (Mc 11,28-33): jamais se dispôs para uma interlocução aberta e cordial.

“Abraçar o risco do encontro com o rosto do outro”

A atitude profética de não-diálogo e de não-negociação, não deve, porém, ser confundida com postura áspera, rígida e obtusa de poucos amigos, típica do fundamentalismo integrista. A

alegria e a comunicação são traços típicos de quem é chamado a anunciar a Boa Nova a todos (EG 21), assim como a abertura (EG 47), a escuta (EG 158), a ternura (EG 270), o próprio diálogo (EG 238):

O ideal cristão convidará sempre a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual. Muitos tentam escapar dos outros fechando-se na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos, e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho. Porque, assim como alguns quiseram um Cristo puramente espiritual, sem carne nem cruz, também se pretendem relações interpessoais mediadas apenas por sofisticados aparatos, por écrans e sistemas que se podem acender e apagar à vontade. Entretanto o Evangelho convida-nos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com o seu sofrimentos e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado. A verdadeira fé no Filho de Deus feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros. Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura. (EG 88).

Entretanto, há de se buscar uma tensão entre a firme denúncia contra uma ideologia anti-evangélica, que atenta à vida das pessoas e que não deve vingar na comunidade cristã e na sociedade, e uma atenção às próprias pessoas, particularmente, os pobres, os simples, os que forem facilmente manipulados.

Quem manipula, como já falamos, são as classes mais abastecidas que tendem a defender e a justificar seus privilégios, e a exercer seu poder sobre os subalternos. No meio está a classe média que teria todas as condições para denunciar com força essa conjuntura diabólica, afirmando os princípios democráticos e os valores humanos e cristãos fundamentais. Ao invés, essa classe faz clara opção pela elite que a “comprou” e que a assoldou qual capataz das classes populares, num sistema societário escravocrata. Na aflição de garantir seu *status* social, a classe média brasileira enxerga a emancipação dos pobres como uma ameaça assustadora, causada pelo insanável incômodo de vê-los subir no mesmo avião, comprar a mesma roupa, reivindicar os próprios direitos pelos serviços domésticos.

Mais do que nunca se torna imperioso para a Igreja repropor uma clara “opção pelo pobres” em termos de conversão, como opção pela vida, pela dignidade, pela humanidade, pelo Reino de Deus, por outro modelo de sociedade:

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus “manifesta a sua misericórdia antes de mais” a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos,

chamados a possuírem “os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus” (Fl 2,5) [...] Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar. Além de participar do *sensus fidei*, nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles. A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. (EG 198).

Deixar-se evangelizar pelos pobres significa assumir a ótica dos pobres em perceber e questionar a realidade do ponto de vista das vítimas sistêmicas de um capitalismo imperante, e comprometer-se com a construção de uma sociedade mais justa e mais humanas, sem marginalizados e nem oprimidos. Tornar-se pobre, por sua vez, é uma exigência do discipulado missionário (Mt 5,3): é despojar-se de si para tornar-se um dom para o outro, é abrir-se à escuta por um dever de justiça, é afirmar na história o primado de Deus e a busca incessante do seu Reino numa obra restauradora da humanidade.

Dez passos para uma pastoral missionária em tempos de crise e de conflito

A partir da última Encíclica do Papa Francisco “*Fratelli Tutti*” (2020), podemos extrair dez interessantes passagens para uma atuação missionária da comunidade cristã projetada a buscar o diálogo, a paz, o entendimento social, lançando pontes, abatendo muros, semeando reconciliação (FT 276).

1. Em primeiro lugar, é necessário o reconhecimento de valores fundamentais universais que vão além de qualquer consenso e de qualquer transformação cultural, “como valores transcendentais aos nossos contextos e nunca negociáveis” (FT 211), como é o caso da dignidade inalienável da pessoa humana e do bem comum. A sociedade corre o risco de perder a referência a essas verdades básicas e à própria objetividade da realidade, em prol de uma convivência social e de um consenso sobre “verdades construídas”, produtos da lógica do poder e de suas conveniências.

2. Segunda exigência é promover uma “cultura do encontro”, que significa que o *encontro* se faz *cultura*: “significa que nos apaixona, como povo, querer encontrar-nos, procurar pontos de contato, lançar pontes, projetar algo que envolva a todos. Isto tornou-se uma aspiração e um estilo de vida.” (FT 216). Isso implica tomar iniciativa de aproximação, para conhecer as situações e entender as pessoas, seus pontos de vista, suas realidades sofridas, seus legítimos desejos, seu modo de viver e de entender o mundo. Implica também vencer o isolamento, porque “o isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas é a proximidade, a cultura

do encontro. O isolamento, não; a proximidade, sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim” (FT 30).

3. Uma terceira passagem diz respeito à construção *artesanal* da paz, porque, afinal, tecer relações é um trabalho lento, difícil, meticuloso, paciente, quase invisível. Processos apressados que agrupam só os puros, silenciam reivindicações sociais, impedem confusões incômodas, ou abafam possíveis debates, só conseguem alcançar “consenso de escritório ou uma paz efêmera para uma minoria feliz” (EG 218).

4. Em quarto lugar, criar o hábito de reconhecer o outro, o direito de ser ele próprio, o direito de ser diferente:

Sem este reconhecimento, surgem maneiras subtis de fazer com que o outro perca todo o seu significado, se torne irrelevante, fazer com que na sociedade não lhe seja reconhecido qualquer valor. Por trás da repulsa de certas formas visíveis de violência, muitas vezes esconde-se outra violência mais dissimulada: a daqueles que desprezam o diferente, sobretudo quando as suas reivindicações prejudicam de alguma maneira os próprios interesses. (FT 218).

5. Quinto ponto, é preciso trabalhar para um novo “pacto social” que seja também um “pacto cultural”, que assuma as diversas visões do mundo, as diferentes maneiras de ser e a pluralidade dos projetos de vida. Muitas vezes, diz o Papa, “as boas propostas não são assumidas porque se apresentam com roupagem cultural que não é a deles [dos pobres] e com a qual não se identificam”. Respeitar as culturas é evitar a forma secular de violência perpetrada pelo Ocidente: “um pacto cultural pressupõe que se renuncie a compreender de maneira monolítica a identidade dum lugar, e exige que se respeite a diversidade, oferecendo-lhe caminhos de promoção e integração social” (FT 220).

6. Sexta exigência, recuperar a amabilidade no trato com as pessoas, cuidando para não as ofender com palavras e gestos, “como tentativa de aliviar o peso dos outros” imposto por uma vida feita de urgências distraídas, de ansiedades introvertidas, de cobranças cruéis que condicionam as relações humanas. “Supõe ‘dizer palavras de incentivo, que reconfortam, consolam, fortalecem, estimulam’, em vez de ‘palavras que humilham, angustiam, irritam, desprezam’”. O “exercício da amabilidade”, insiste Francisco, “transforma profundamente o estilo de vida, as relações sociais, o modo de debater e confrontar as ideias. Facilita a busca de consensos e abre caminhos onde a exasperação destrói todas as pontes” (FT 224).

7. Sétima disposição é favorecer um sentimento de forte pertença das pessoas na sociedade, de modo que cada indivíduo e cada grupo *se sinta verdadeiramente em casa*, ninguém excluído:

“uma terra será fecunda, um povo dará frutos e será capaz de gerar o amanhã apenas na medida em que dá vida a relações de pertença entre os seus membros” (FT 53). Por outro lado, essa pertença tem níveis diferentes e interligados: parte do núcleo familiar, passa para o grupo social, nacional, até chegar a “família humana universal” (GS 2): “assim, cada pessoa nascida num determinado contexto sabe que pertence a uma família maior, sem a qual não é possível ter uma compreensão plena de si mesma” (FT 149).

8. Oitava condição é fomentar a participação de todos à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Francisco lamenta “como é triste ver que, por detrás de presumíveis obras altruístas, o outro é reduzido à passividade”. Cada ser humano deve ser artífice do seu próprio destino: “o princípio de subsidiariedade [é] inseparável do princípio de solidariedade” (FT 187). Por sua vez, a paz social depende do empenho incansável “de reconhecer, garantir e reconstruir concretamente a dignidade, tantas vezes esquecida ou ignorada, de irmãos nossos, para que possam sentir-se os principais protagonistas do destino da própria nação” (FT 233).

9. Nono compromisso é representado pela promoção do perdão e da reconciliação, sem escapar do conflito e sem nunca propor o esquecimento. “Sem memória, nunca se avança [...] para que a consciência humana se torne cada vez mais forte contra toda vontade de domínio e destruição” (FT 249). Todavia, “mesmo que haja algo que jamais deve ser tolerado, justificado ou desculpado, todavia podemos perdoar” (FT 250), porque quem perdoa “quebram o círculo vicioso, frenam o avanço das forças da destruição, decidem não continuar a injetar na sociedade a energia da vingança” (FT 251).

10. Enfim, décimo elemento, é sair da mesquinhez e caminhar na esperança.

Convido à esperança que nos fala duma realidade que está enraizada no mais fundo do ser humano, independentemente das circunstâncias concretas e dos condicionamentos históricos em que vive. Fala-nos duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor. A esperança é ousada, sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para se abrir aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna. Caminhemos na esperança! (FT 55)

Ser animados e animadas por uma ousada esperança significa, afinal, ser animados e animadas pelo Espírito de Deus, fonte e princípio do dinamismo vital de toda a criação. É o Espírito que nos impulsiona, nos orienta, nos abre para a transcendência e faz agir, derrubando barreiras e apostando no inesperado. Nenhuma realidade histórica tem a última palavra para quem crê,

inclusive a morte: isso significa manter sempre viva nossa esperança contra toda evidência e mesmo contra toda esperança: “a esperança é a última que morre” e “se morrer, ressuscita”, lembrava Dom Pedro Casaldáliga (JÚNIOR, 2019, p. 93).

Considerações finais

Esse último apelo à esperança, porém, não deve ser entendido como improvável via de fuga diante de uma realidade sombria. A dramaticidade da conjuntura exige encarar a realidade como ela se apresenta, em todo seu angustiante horizonte, propondo possíveis saídas, sabendo que estas serão árduas, arriscadas e talvez improdutivas.

Não há lugar para um insolente e impróprio otimismo, produto de uma irênica e fideísta “síndrome de Poliana”. A realidade que temos diante de nós é a revanche de um perigoso obscurantismo que não comunica valor positivo algum a uma sociedade já mergulhada por sua própria conta num processo de autodestruição. A reação das igrejas é ainda extremamente tímida, fraca, acuada, medrosa, ambígua. Os tempos para os discípulos missionários são de tremenda provação, sempre de crise e oportunidades juntos, sem dúvidas, mas certamente carentes de avanços propositivos e marcados por uma profunda perplexidade.

Esses, contudo, são os tempos em que nos cabe viver e anunciar o Reino. Francisco chegou como uma luz no meio das trevas. Várias outras pequenas luzes podem se acender em nossa realidade com a sábia sementeira de quem espera do chão brotar vida nova. É típico dos profetas antever essa vida nova e colaborar com sua vinda. Movida pelo futuro a profecia é chamada hoje mais do que nunca, a fazer história, a fazer acontecer a missão.

Para refletir

1. O que pode nos sugerir a trajetória de Jair Bolsonaro como político e como figura simbólica?
2. Qual motivo de análise do atual retorno da extrema direita lhe chamou mais à atenção? Teria mais alguns que você gostaria de levantar ou evidenciar?
3. Como deve atuar a pastoral missionária diante da manifestação de pessoas e grupos neoconservadores em nossas comunidades? Quais caminhos adotar? Quais meios?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMANN, Zygmunt. *Retrotopia*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BETTO, Frei. Não é pandemia, é sindemia. *IHU*, São Leopoldo, RS, 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/606032-nao-e-pandemia-e-sindemia>>. Acesso: 20 fev. 2021.
- BOLSONARO, Flávio. *Mito ou verdade*. Jair Messias Bolsonaro. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.
- CARRANZA, Brenda. O Brasil fundamentalista? Encontros Teológicos, Florianópolis, SC, n. 52, ano 24, 1/2009, p. 147-166.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. Roma, 3 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso: 20 fev 2021.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma, 24 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso: 20 fev. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.
- GASPAR, Malu. O fiador. A trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro. *Revista Piauí*, São Paulo, edição 144, setembro 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>>. Acesso: 20 fev. 2021.
- JÚNIOR, Francisco de Aquino. *Teologia em saída para as periferias*. São Paulo: Paulinas, 2019. 251 p.
- LAGO, Ivann. O Jair que há em nós. Cerro Largo, RS, 28 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/o-jair-que-ha-em-nos.html?fbclid=IwAR3lMwyoWpPQ0fP5rheMk2QkDpMvcHd0J65RPcyGhUXDJhakMBNNgQhGSJ4>>. Acesso: 20 fev. 2021.
- NOLAN, Albert. *Jesus hoje*. Uma espiritualidade de liberdade radical. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SAVIANO, Roberto. *Zero zero zero*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica d'Avila Melo, Marcello Lino, Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SEDGWICK, Marc. *Contra o mundo moderno*. O Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Tradução Diogo Rosas. Veneza: Âyiné, 2021.
- SOUZA Jessé. *A classe média no espelho*. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 276 p.
- SOUZA, Marcelo Jorge Pimentel de. Cadete: ides comandar, aprendei a obedecer. O 'mau exemplo' do Exército tornou-se presidente. *Folha de São Paulo*, 1 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/11/cadete-ides-comandar-aprendei-a-obedecer.shtml>>. Acesso: 20 fev. 2021.